

REAPROPRIAÇÕES DO CONCEITO DE “COMUNIDADE” NA CONTEMPORANEIDADE¹

REAPPROPRIATIONS OF THE CONCEPT OF “COMMUNITY” IN CONTEMPORARY TIMES

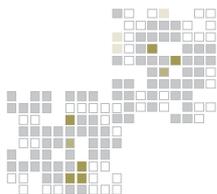
REAPROPRIACIONES DEL CONCEPTO DE “COMUNIDAD” EN LA CONTEMPORANEIDAD

Beatriz Polivanov

■ Docente do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF, onde desenvolveu pesquisa de pós-doutorado com bolsa CAPES/PNPD na linha de Estéticas e Tecnologias da Comunicação. Graduada em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com Licenciatura pela Faculdade de Educação da mesma instituição. Ministra disciplinas no âmbito da graduação desde 2007 e da pós-graduação (lato e stricto sensu) desde 2013, havendo iniciado sua atuação como professora em 2002. Atualmente leciona no curso de Estudos Culturais e Mídia e no PPGCOM da UFF como professora colaboradora.

■ E-mail: beatriz.polivanov@gmail.com

110



¹ Trata-se de uma versão atualizada do artigo apresentado no IAMCR de 2014, que teve financiamento da FAP-DF.

RESUMO

O trabalho busca problematizar algumas reapropriações do conceito de “comunidade” na contemporaneidade através de dois recortes principais: (1) os questionamentos de Edward Thompson à concepção tida como clássica do termo proposta por Ferdinand Tönnies e (2) o argumento que enfatiza uma aparente contradição entre globalização e localidade, na qual cabe à comunidade o lugar da resistência. A arena de disputas em torno da ideia de comunidade nos mostra que não apenas não há consenso quanto ao seu significado, mas principalmente revela os diversos interesses em conflito na criação e apropriações do termo comunidade, ainda pouco visto como um constructo discursivo.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNIDADE; CONTEMPORANEIDADE; DISCURSO.

ABSTRACT

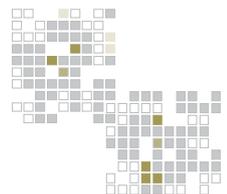
The paper seeks to problematize certain reappropriations of the concept of “community” in contemporary times via two main theoretical aspects: 1) Edward Thompson’s questioning of Ferdinand Tönnies’ classic conception of the term, and 2) the argument that emphasizes an apparent contradiction between globalization and locality, in which it is incumbent upon the community to establish the place of resistance. The disputes arena involving the idea of community shows us that not only there is no consensus regarding its meaning, but also, and most importantly, it reveals the distinct interests in conflict in the creation and appropriations of the term community, still hardly seen as a discursive construct.

KEYWORDS: COMMUNITY; CONTEMPORANEITY; DISCOURSE.

RESUMEN

El artículo intenta problematizar algunas de las reapropiaciones del concepto de “comunidad” en la contemporaneidad a través de dos recortes principales: (1) los cuestionamientos de Edward Thompson a la concepción considerada clásica del termo propuesta por Ferdinand Tönnies y (2) el argumento que enfatiza una aparente contradicción entre globalización y localidad, en la cual la comunidad ocupa el lugar de la resistencia. La arena de disputas en torno a la idea de comunidad nos muestra que no sólo no hay consenso sobre su significado, sino sobre todo revela los distintos intereses en conflicto en la creación y apropiaciones del termo comunidad, todavía poco entendido como un constructo discursivo.

PALABRAS CLAVE: COMUNIDAD; CONTEMPORANEIDAD; DISCURSO.



1. Introdução

Desde o século XIX o conceito de “comunidade” foi apropriado e acionado por autores distintos visando descrever e entender os modos através dos quais os sujeitos se relacionam uns com os outros. Se na modernidade da virada do século XIX para o século XX o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies propunha que se estaria vivendo um processo de transição das antigas *comunidades*, marcadas pela solidariedade e pelo afeto, para as modernas *sociedades*, nas quais as relações se dariam com base em interesses econômicos, no século XX para o XXI o debate sobre as formas de associação comunitárias, ao invés de perderem força, se intensificam e se complexificam, culminando, conforme defendido em artigo anterior (Polivanov, 2009), no entendimento de que toda e qualquer comunidade é imaginada, isto é, trata-se de um constructo discursivo construído simbólica e materialmente, conforme argumentam Anderson (1991) e Cohen (1985).

Argumenta-se neste trabalho¹ que o conceito de comunidade só pode ser entendido enquanto polissêmico, com diversas acepções, sendo por si só um objeto de disputas, uma vez que determinados critérios para se definir “comunidade” são escolhidos em detrimento de outros, de acordo com os interesses dos sujeitos. Na alta modernidade o conceito ganha nova evidência devido, principalmente, a dois aspectos que estão interligados: a *globalização*, que traria consigo o paradoxo da reafirmação da localidade, em uma tentativa de fugir aos padrões globalizantes, e a acentuação da percepção do *caráter fragmentário da identidade*, que culminaria também com o suposto paradoxo da procura pela localidade como forma de buscar reestabelecer um sentimento de identidade mais fixa e local, com características próprias bem marcadas.

De acordo com Santos (2005) haveria uma

aparente contradição que confere ao período histórico atual sua “especificidade transicional”:

O tempo presente surge-nos como dominado por um movimento dialético em cujo seio os processos de globalização ocorrem de par com processos de localização. (...) as relações sociais em geral parecem estar cada vez mais desterritorializadas (...). Mas, por outro lado, e em aparente contradição com esta tendência, novas identidades regionais, nacionais e locais estão a emergir (Santos, 2005, p.54).

Dessa forma, buscaremos discutir neste trabalho algumas reapropriações do conceito de comunidade na contemporaneidade a partir de dois grandes recortes de pensamentos: (1) o questionamento das concepções tidas como clássicas de comunidade, tendo por base o historiador Edward Thompson e (2) o que aponta para uma aparente contradição entre globalização e localidade, na qual cabe à comunidade o lugar da resistência. Esperamos, assim, refletir, por um lado, sobre em que medida tais reapropriações da “comunidade” se distanciam de sua concepção clássica e em que medida há atravessamentos entre elas e, por outro lado, quais são suas implicações para pensarmos tensionamentos entre o local e o global hoje, entendendo que as defesas de determinadas acepções do termo estão imersas em disputas de poder para (re)significar o viver e resistir em comunidade.

2. Questionamentos das concepções clássicas a partir de Edward Thompson

Antes de passarmos aos questionamentos de Thompson faz-se necessário discorrer, ainda que brevemente, sobre o que estamos chamando aqui de “concepções clássicas” de comunidade. Tais concepções são tributárias de Ferdinand Tönnies, Max Weber e Georg Simmel, fundadores da Sociologia Alemã, e os primeiros teóricos oci-

Desde o século XIX o conceito de “comunidade” foi apropriado e acionado por autores distintos visando descrever e entender os modos através dos quais os sujeitos se relacionam uns com os outros.

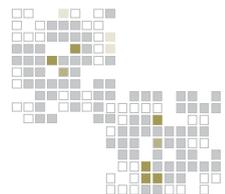
dentais a definirem e problematizarem o conceito de comunidade, sendo Tönnies considerado o “pai” do conceito. O autor ganhou notoriedade principalmente por distinguir duas formas de os agrupamentos sociais se organizarem: a comunidade (*Gemeinschaft*) e a sociedade (*Gesellschaft*). A *Gemeinschaft* – como indica o radical “*gemein*” na língua alemã – está relacionada à união, à proximidade, ao que é comum de todos, enquanto a *Gesellschaft* relaciona-se ao anonimato, a sujeitos isolados que compartilham primordialmente interesses racionais. De acordo com o autor “na *Gemeinschaft* eles permanecem essencialmente unidos apesar de todos os fatores que os separam, enquanto na *Gesellschaft* eles são essencialmente separados apesar de todos os fatores que os unem” (Tönnies, 1974, p.74). E, cabe apontar, para o autor a comunidade seria substituída, suplantada na modernidade pela sociedade, destruindo a vida comunitária.

Apesar de Simmel não se deter em suas obras sobre a formulação dos conceitos de comunidade e sociedade, em *Questões fundamentais da sociologia*, o autor entende, como Tönnies, que “seria possível tomar o sentimento (naturalmente não todos os sentimentos), em contraposição ao intelecto, como o que há de mais primário e universal”. Portanto, fazendo uma junção com o pensamento de Tönnies, na comunidade as relações, que são primárias, teriam base principalmente no sentimento, enquanto na sociedade elas seriam marcadas pela razão. O emocional estaria ligado, para Simmel, às relações de proximidade física: “a intensificação do grau emocional – como se o número daqueles que estão fisicamente próximos fosse em certa medida o multiplicador da potência do sentimento portado pelo indivíduo – passa

longe da intelectualidade desse indivíduo” (Simmel, 2006, p.51-3). Weber, por sua vez, ao pensar as relações entre os sujeitos, distingue quatro tipos de ação social: (a) racional em relação a *fins*, (b) racional em relação a *valores*, (c) determinada pela *afetividade* e (d) determinada pela *tradição* (Weber, 2005, p.41), sendo que o tipo mais usual encontrado nas relações sociais seria o primeiro. Enquanto os dois primeiros estão mais ligados à razão – apesar de o segundo ter um caráter ambíguo –, os dois últimos relacionam-se mais à emoção. Portanto, se ações sociais dos tipos “a” e “b” são majoritárias num determinado agrupamento social, tem-se a princípio uma sociedade, ao passo que os tipos “c” e “d” são mais marcantes na comunidade.

Desse modo, a comunidade seria o lugar do afeto, das relações primárias, da tradição, da partilha de interesses e território em comum, ao passo em que a sociedade seria o seu contrário, marcada pela racionalidade, pelas relações secundárias com pouco contato face-a-face, pela modernidade, interesses pessoais com fins econômicos e desterritorialidade². Por fim, a comunidade seria o lugar da homogeneidade (das relações, dos interesses, dos sujeitos), enquanto a sociedade seria o lugar da heterogeneidade. Não obstante, alguns anos mais tarde, Thompson vai problematizar tais ideias. Edward Thompson, historiador considerado um dos fundadores dos Estudos Culturais na Inglaterra, ao refletir sobre o formar-se da classe operária inglesa e os “costumes” dessa classe, fez alguns apontamentos importantes sobre o conceito de comunidade. Sua visão, como argumentamos aqui, contrapõe-se a alguns aspectos da

² Vale ressaltar que Simmel e Weber vão relativizar tal visão dicotômica entre comunidade e sociedade mais do que Tönnies, que a propôs.



O que defendemos aqui, portanto, é que nunca deixou de se viver “ em comunidade”, mas em certos momentos históricos parece que fica mais clara e consciente a formação de “comunidades”.

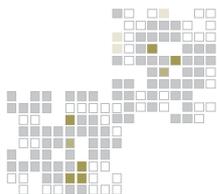
concepção tida como “original” de comunidade, apesar de também guardar aspectos em comum com o pensamento de autores como Tönnies, Weber e Simmel.

O pensamento de Thompson diferencia-se fundamentalmente do de Tönnies, uma vez que desfaz a dicotomia comunidade *versus* sociedade proposta pelo autor. Para Thompson, a comunidade é algo heterogêneo, que guarda elementos da tradição e de relações mais antigas, da mesma maneira em que incorpora aspectos novos, não corroborando a ideia de Tönnies de que a comunidade seria substituída pela sociedade. Thompson, ao pensar o fazer-se da classe operária inglesa, percebe que há a permanência de um ethos de comunidade, no seu sentido rural, no modo de vida dessa classe que se funda no meio urbano. As práticas comunitárias não teriam, portanto, desaparecido do modo de vida da classe operária inglesa que se formava no final do século XVIII, início do XIX. Ao contrário, vários dos costumes populares ligados à vida em comunidade e à tradição haveriam resistido e persistido e, portanto, a classe operária inglesa é vista pelo autor como uma mistura, um caldeirão de práticas sociais e mentais antigas e novas. Em suas palavras: “em todo esse processo, não houve nada suficientemente violento para provocar a ruptura das tradições mais antigas” e “os costumes locais, as superstições e os dialetos (...) não foram abandonados, nem substituídos” (Thompson, 1987, p.297).

Era um momento de transição, de “confronto do antigo e do novo modo de vida”, mas naturalmente esse confronto não se deu sem resistência e luta: “Tratava-se de uma resistência consciente ao desaparecimento de um antigo modo de vida,

frequentemente associada ao radicalismo político”. Ainda sobre a resistência, o autor afirma que “o calor dos debates sugere que, em diversos lugares, (...) a luta entre o antigo modo de vida e a nova disciplina foi dura e prolongada” (Thompson, 1987, p.300). O final desta batalha não foi a vitória completa do novo modo de vida sobre o antigo, mas sim um tipo outro, mestiço, no qual conviviam, ora pacificamente ora não, “as velhas superstições” e “o novo fanatismo”. Thompson ressalta ainda que “não se deve considerar a questão apenas em termos idílicos. Nem todos os costumes [do antigo modo de vida] eram inofensivos ou originais” (Thompson, 1987, p.303). Portanto, não se deve entender que a vida comunal – recheada de festas e jogos ao ar livre e ajuda mútua, mas também de castigos a mães solteiras e “combates mortais em busca de prêmios” – era essencialmente boa, enquanto a vida pós-industrialização – marcada por menos tempo livre e proibições a jogos e teatro, mas também por mais ofertas de empregos e tolerância aos forasteiros – era essencialmente ruim.

Dessa forma, uma questão parece ser central no pensamento de Thompson, quanto à formação da classe operária inglesa: a da multiplicidade. Tratava-se de uma sociedade heterogênea, que vivia “uma fase de transição entre dois modos de vida” e na qual “havia diversas comunidades distintas coexistindo entre si, ao invés de uma única comunidade ‘típica’. E mais: “em todas essas comunidades havia distintas influências convergentes sobre o trabalho, interferindo sobre a disciplina e o crescimento da consciência da classe operária” (Thompson, 1987, p.303-9). Assim, não há um modelo ou uma forma *a priori* de as comunidades se constituírem. Daí a



multiplicidade de agrupamentos sociais. Ainda, não se pode perder de vista, para Thompson, a materialidade da cultura. O campo da cultura não deve ser compreendido somente no que se refere a “significados, atitudes e valores”, mas também e principalmente, deve ser visto como uma arena de disputas, “conjunto de diferentes recursos”, onde devem ser observados os “confrontos e negociações”, as relações de poder e de resistência e exploração (Thompson, 2005, p.17).

Thompson percebe que, ao contrário do que se poderia inferir a partir do pensamento de Tönnies, havia conflitos dentro das próprias comunidades dos trabalhadores. No entanto, o autor afirma que “os valores coletivistas já dominavam em diversas comunidades industriais nos primeiros anos do século 19” e diz ainda que esses valores “eram defendidos conscientemente, sendo propagados na teoria política, no cerimonial dos sindicatos e na retórica moral” (Thompson, 1987, p.317). Havia, portanto, uma “autoconsciência coletiva”. Percebe-se, assim, de que forma elementos ligados à vida em comunidade, tais como a coletividade, as tradições e a ajuda mútua são traços que permitem a diferenciação de determinados agrupamentos sociais. Ao comentar sobre a punição dada ao/à cônjuge no caso de traição numa comunidade “mais tradicional”, fica claro que a cultura da plebe é ambígua, já que é ao mesmo tempo conservadora e rebelde. Conservadora, pois o costume em questão se baseia em certos princípios morais tidos como conservadores, e rebelde, pois não seguia normas da Igreja ou das autoridades, mas sim suas próprias normas, “definidas dentro da própria cultura plebeia” (Thompson, 2005, p.18).

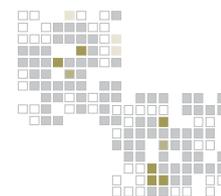
O autor deixa claro ainda que as mudanças causadas pela Revolução Industrial trouxeram sofrimento para as classes populares: “Todo processo de industrialização é necessariamente doloroso, porque envolve a erosão de padrões de vida tradicionais” (Thompson, 1987, p.344). Nesse sen-

tido, ainda que entenda que os “padrões de vida tradicionais” não podem ser vistos como um valor necessariamente positivo, como foi visto acima, ao mesmo tempo percebe que a perda ou a “erosão” desses padrões não ocorreu sem dor para as classes operárias. É interessante notar também que Thompson finaliza o capítulo “Comunidade”, do segundo volume de *A formação da classe operária inglesa*, afirmando que, com a industrialização, ficou um “sentimento de perda de toda a coesão comunitária, salvo aquela que os trabalhadores edificaram para si próprios, na oposição aos patrões e ao seu trabalho” (Thompson, 1987, p.347). Dessa forma, segundo o autor, podemos entender que as relações comunitárias ficaram atreladas aos trabalhadores e a uma certa resistência contra a classe dominante. Essa ideia parece estar ainda hoje presente no pensamento de alguns autores, como será visto adiante.

Pelo que foi exposto acima, pudemos perceber que Thompson parece se afastar da visão dicotômica, sobretudo de Tönnies, que opõe comunidade à sociedade. Para o autor, é fundamental a noção de que a comunidade é um “lugar” heterogêneo, marcado pela multiplicidade de pensamentos e costumes, pelas negociações e disputas e pela convivência, conflituosa ou não, de antigos e novos hábitos. E é nesse sentido que iremos agora discutir sobre a ideia de comunidade como resistência, tensionando relações entre o local e o global, o antigo e o novo.

3. Comunidade como resistência: o jogo entre o local e o global

Retomando a tradição sociológica, Featherstone afirma que “o termo *local*”, bem como “seus derivados *localidade* e *localismo* geralmente têm sido associados ao conceito de um espaço determinado, limitado, com seu conjunto de relacionamentos sociais estreitos, baseados em laços de parentesco e tempo de duração da residência”, pressupondo-se que há nele “uma identidade



cultural, homogênea e integrada” (Featherstone, 1997, p.144). O autor explica que muitos dos estudos sociológicos sobre as localidades foram influenciados por dois pressupostos: um primeiro derivado “do século XIX, em que o passado era encarado como algo que implicava relacionamentos sociais mais simples, mais diretos e fortemente unidos”³ e o segundo derivado da antropologia, no qual se “ênfaticou a necessidade de proporcionar descrições etnograficamente ricas da particularidade de pequenas cidades ou aldeias relativamente isoladas” (Featherstone, 1997, p.145). Logo se percebeu, porém, que os espaços locais estavam inseridos no e ligados ao mundo global, que “a cidade pequena estava na sociedade de massa” (idem). Com isso, o autor procura se afastar de um olhar simplista e dicotômico sobre as relações sociais do passado, que tendem a ver as comunidades como espaços essencialmente integrados, e busca entender que mesmo os espaços locais se relacionam com o mundo global e, por isso, podem inclusive compartilhar características com ele. Featherstone ressalta que não se pode afirmar que

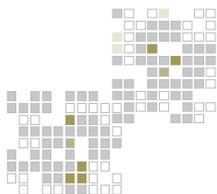
Na localidade, a diferenciação social tenha sido eliminada e que os relacionamentos sejam necessariamente mais igualitários, simples e homogêneos. Na verdade, suas diferenças e discursos internos podem muito bem ser complexos. Internamente podemos considerar a comunidade como incorporadora de todos os tipos de independências, rivalidades, lutas de poder e conflitos (Featherstone, 1997, p.153).

O autor entende que “os processos de globalização e localização estão inextricavelmente ligados na atual fase” e que “não é proveitoso encarar o global e o local como dicotomias separadas no

³ O que fica claro na construção de dicotomias como “status e contrato (Maine), solidariedade mecânica e orgânica (Durkheim) e comunidade e associação (Tönnies)” (Featherstone, 1997, p.145).

espaço e no tempo” (Featherstone, 1997, p.144). Ao contrário, tal pensamento se aproxima do argumento do sociólogo espanhol Manuel Castells de que teria se constituído um paradoxo nas sociedades ocidentais contemporâneas: “forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais” (Castells, 1999, p.80). Assim como Castells, Featherstone também entende que há uma espécie de busca pela vida em comunidade na alta modernidade, mas essa certamente não seria a mesma da concepção clássica: “hoje nos deparamos com argumentos que enfatizam a busca de uma forte identidade coletiva, alguma nova forma de comunidade, nas sociedades modernas” (Featherstone, 1997, p.165). Para Castells, a identidade legitimadora predominou na modernidade, ao passo que a de resistência predominaria na alta modernidade. O autor defende ainda a ideia de que, a partir das “tendências conflitantes da globalização e da identidade” e com “a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo” (Castells, 1999, p.17), a sociedade atual estaria organizada em *redes*. Em ambientes locais, como a vila ou o subúrbio, “as pessoas se socializam e interagem (...) formando redes sociais entre seus vizinhos”. O autor ressalta, porém, que as “identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado” (Castells, 1999, p.79).

Castells lembra que “um dos mais antigos debates da sociologia urbana diz respeito ao desaparecimento da comunidade, primeiro em razão da urbanização, e depois por causa da suburbanização” (Castells, 1999, p.78-9). Aqueles que defendem que a “comunidade” teria desaparecido a entendem de acordo com a concepção de Tönnies, seguindo critérios ligados ao território e a laços familiares e de amizade. Há outros, porém, entre os quais se incluem os autores aqui apresentados, que entendem que devido a um crescente sentimen-



to de falta de coesão e uma percepção mais nítida do caráter fragmentário da identidade os sujeitos passaram a formar nova e conscientemente, como projeto político, econômico e social, “comunidades”, ligadas às ideias de localidade, ajuda mútua e partilha de interesses em comum⁴.

O que defendemos aqui, portanto, é que nunca deixou de se viver “em comunidade”, mas em certos momentos históricos parece que fica mais clara e consciente a formação de “comunidades”. Para Castells, a partir da década de 1970 e principalmente de 1980, o debate e a criação de “comunidades” ligadas a localidades ganha proeminência novamente. Ainda assim, similarmente a Park, Castells não corrobora a ideia de que “ambientes locais, *per se*, (...) induzam um padrão específico de comportamento ou, ainda, justamente por isso, uma identidade distintiva” (Castells, 1999, p.79). A hipótese do autor é de que, para isso acontecer,

faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários), pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido (Castells, 1999, p.79).

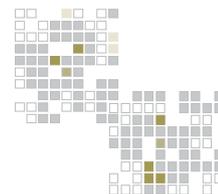
Segundo o autor, os movimentos urbanos neste período “estavam se tornando as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo”, constituindo o paradoxo, também evocado, por exemplo, por Raquel Paiva: “forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais” (Castells, 1999, p.80). As comunas territoriais, assim como o fundamentalismo religioso e o nacionalismo cultu-

ral seriam, portanto, uma forma de resistência à globalização, “à formação de redes e à flexibilidade” e “à crise da família patriarcal”, constituindo “abrigos, mas não paraísos” (Castells, 1999, p.84-5). É importante ressaltar que essa resistência se daria ou por opção, quando os sujeitos ideologicamente não concordam com os novos valores e maneiras de funcionamento do mundo pós-moderno, ou por exclusão, quando os sujeitos de fato não têm como sobreviver decentemente nesse mundo seguindo as suas regras. Para Castells, as “comunidades culturais de cunho religioso, nacional ou territorial parecem ser a principal alternativa para a construção de significados em nossa sociedade” (1999, p.84). Elas teriam três características principais:

aparecem como reação a tendências sociais predominantes, às quais opõem resistência em defesa de fontes autônomas de significado (...) constituem identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra um mundo externo hostil (...) são construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de auto-identificação (Castells, 1999, p.84).

Dessa forma, as comunidades na alta modernidade estariam relacionadas à construção de dois significados principais: o de resistência e o de identidades defensivas. Bauman (2003) parece também entender “comunidade” segundo esses dois aportes. Mas o autor discute sobre em que medida seria viável (ou até mesmo desejável) uma volta à vida em comunidade na alta modernidade. A questão mais importante apontada por Bauman é a tensão que se dá entre a falta de liberdade e o sentimento de segurança que seriam características inerentes da vida comunitária. Se,

⁴ Tais comunidades ou comunas estariam vinculadas, ou melhor, seriam formadas a partir de identidades voltadas para a resistência às bases das sociedades capitalistas, que seriam o patriarcalismo e o produtivismo.



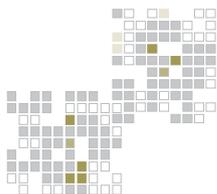
por um lado, a noção de comunidade esteve sempre (e parece estar ainda hoje) atrelada a aspectos positivos – às vezes utópicos – de pertencimento a um grupo, união e solidariedade – um verdadeiro “paraíso perdido” –, por outro, na comunidade, o indivíduo gozaria de muito menos mobilidade e liberdade. Em outras palavras, Bauman retoma a concepção clássica de comunidade e as sensações a ela vinculadas, como afetividade, pertencimento e segurança, contrastando-a com o sentimento de pouca autonomia e liberdade que também seriam inerentes a ela. Daí surgiria o paradoxo: queremos ter o conforto e a segurança que a comunidade pode trazer, mas, ao mesmo tempo, não queremos abrir mão da liberdade conquistada na vida em sociedade.

Bauman ressalta que “o que quer que ‘comunidade’ signifique, é bom ‘ter uma comunidade’, ‘estar numa comunidade. [...] Para começar, a comunidade é um lugar ‘cálido’, um lugar confortável e acolhedor” (Bauman, 2003, p.7). Nela se encontrariam principalmente segurança e boa vontade dos outros, sendo que esses outros não são estranhos, mas sim conhecidos. Bauman trabalha com a ideia de que a comunidade seria ou um “paraíso perdido” (projeção para o passado) ou um paraíso ainda esperado (projeção para o futuro), mas não, na sua concepção clássica, algo que existisse nos dias de hoje. Diz o sociólogo: “A ‘comunidade realmente existente’, se nos achássemos ao seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar” (Bauman, 2003, p.9-10). Portanto, parece que a proposta do autor não é analisar as supostas comunidades existentes, mas sim pensar se, na atual conjuntura do mundo globalizado, é válida a tentativa de se criarem comunidades que mantenham as sensações evocadas pelas “comunidades” do passado, para restaurar um sentimento de proteção e solidariedade entre os indivíduos, lembrando que com isso certamente se perderia liberdade.

Bauman parece fazer a distinção entre dois tipos de comunitarismo: o sólido, dos “fracos”, no qual há a “obrigação fraterna” ‘de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles” e o maleável, dos “poderosos e bem-sucedidos”, que não se interessam por criar vínculos duradouros e abrir mão da liberdade, mas, ao mesmo tempo, querem a “alegria de fazer parte” (Bauman, 2003, p.56-66). No segundo tipo, da qual seria um exemplo a comunidade estética das celebridades, a comunidade deve ser flexível e inconstante, “tão fácil de decompor como foi fácil de construir” (Bauman, 2003, p.62). O autor defende, portanto, que há dois modelos de comunidades bastante distintos, “muitas vezes misturados e confundidos no ‘discurso comunitário’ hoje em moda” (Bauman, 2003, p.68): o dos “fracos e despossuídos”, que se veem obrigados a escolher entre liberdade e segurança, e o da elite, que é construído e desconstruído, de acordo com sua vontade, já que ela poderia, ao menos em parte, comprar sua segurança.

Parece que o autor indica, assim, que a busca pelas sensações “boas” que a concepção clássica de comunidade invoca é uma saída que têm os “fracos e despossuídos” para sobreviver na alta modernidade. No entanto, essa saída implicaria ter de abrir mão da liberdade para conquistar a segurança. Bauman afirma que a maioria dos indivíduos só conseguirá “ganhar controle sobre as condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida” coletivamente e só haveria espaço para o coletivo na comunidade de interesse, onde haveria “responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos, e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos” (Bauman, 2003, p.134).

Nesse sentido, Paiva aproxima-se do pensamento de Bauman. Para ambos, a comunidade representa uma possibilidade de transformação sociocultural para os excluídos pelo processo de globalização, que buscam, principalmente na solidariedade e na ajuda mútua compartilhadas numa



(...) as comunidades na alta modernidade estariam
relacionadas à construção de dois significados principais:
o de resistência e o de identidades defensivas.

experiência local, maneiras de sobreviver na alta modernidade. A autora parte do princípio de que a comunidade está necessariamente vinculada a um território – “a estrutura comunitária implica no reconhecimento de que se lança mão duma instância propiciadora de *pertencimento e comprometimento com o território*” (Paiva, 1998, p.138), mas ela poderia desfrutar das atuais tecnologias desenraizantes, por exemplo, sem perder sua qualidade de ser comunidade, configurando um jogo entre o local e o global, mas no qual o lócus privilegiado da arena de disputas é o local.

É interessante atentar, portanto, para o fato de que Paiva – dentre outros pesquisadores brasileiros que se voltam para estudos da comunicação comunitária – se aproximam de autores como Bauman e Castells ao pensarem a potência (e/ou necessidade) de comunidades locais se articularem primordialmente a partir do território em contraposição a tendências e movimentos globalizantes. Tal posicionamento, ao olhar justamente para articulações territoriais que já pressupõem certa unidade ou coerência de objetivos e intenções, ainda o fazem a partir da convivência física, parece levar a uma retomada do entendimento do conceito de comunidade como Tönnies o propôs na passagem do século XIX para XX, atrelado a ideias de homogeneidade, contatos face-a-face e vínculo territorial, que talvez não nos auxiliem a perceber que os conflitos também fazem parte de formações comunitárias e ainda que elas podem se dar em ambientes outros, como os virtuais, mediados por artefatos tecnológicos.

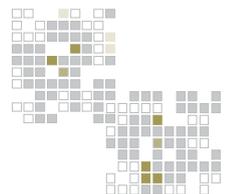
4. Considerações finais

A arena de disputas em torno da ideia de comunidade nos mostra que não apenas não há consenso

quanto ao seu significado, mas principalmente revela os diversos interesses em conflito – sejam eles de ordem social, política ou cultural – na criação e apropriações do termo comunidade. Enquanto uns vão focar aspectos um tanto quanto idílicos do que seria a “verdadeira” comunidade, aquela vinculada ao território e aos laços fortes e primários de família e amizade, outros vão problematizar a suposta homogeneidade desses agrupamentos sociais, destacando seus conflitos internos e com os “outros”, de fora, seus ideais de liberdade versus cerceamento, segurança versus instabilidade, tradição versus modernidade, local versus global.

Ao passo em que para uns comunidade é algo imaginado, simbólico, outros a tomam ao “pé da letra”, como um lugar fisicamente demarcado, com fronteiras definidas, que estaria deixando de existir nos tempos hodiernos. Tal entendimento estaria ainda vinculado à proposição tönnesiana de comunidade, que nos parece de certo modo restrita atualmente por no mínimo três razões: (1) a proposição de que um tipo de formação social (a comunidade) estaria sendo substituída por outra (a sociedade), ao invés de uma ideia de coexistência entre ambos os conceitos e formações; (2) o apagamento de disputas dentro das “comunidades” e uma certa idealização das mesmas, que seriam vistas sob um olhar homogeneizante de práticas, valores e comportamentos ligados a atributos positivos como união e solidariedade; e (3) a impossibilidade de se pensar em agrupamentos sociais comunitários em ambientes virtuais cibernéticos a partir do momento em que o território físico deixa de ser o elemento aglutinador.

Entender, em consonância com Anderson (1991) e Cohen (1985), que toda comunidade é construída simbólica e materialmente através de



signos diversos e que “comunidade” é um constructo discursivo em primeira instância parece ser um caminho mais proficuo para pensar agrupamentos sociais que assim se denominam, sejam eles baseados em ambientes físicos ou virtuais. E, além disso, destaca-se também a importância de

se olhar, assim como Thompson, para sua heterogeneidade, seus modos de construção e reconfiguração, bem como seus conflitos e negociações intra e extracomunitários, em tensionamentos locais ou globais, compreendendo comunidade como um objeto vivo e em disputa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities – Reflections on the origin and spread of nationalism*. London, New York: Verso, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, Anthony. *The symbolic construction of community*. London, Routledge, 1985.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1997.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum – Comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. Volume II. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TÖNNIES, Ferdinand. *Community and Association*. London: Routledge & Kegan Paul, 1974.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

Recebido: 24/08/2014
Aceito: 19/11/2014

